

IV Encontro Nacional da Anppas
4,5 e 6 de junho de 2008
Brasília - DF – Brasil

A Lumber, o Contestado e a história do desmatamento da floresta de araucária(1911-1950).

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho (UFSC)
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História
miguelmxdecarvalho@yahoo.com.br

Eunice Sueli Nodari (UFSC)
Profª. Drª. do Departamento de História
eunice@reitoria.ufsc.br

Resumo

Esse artigo trata da história da maior madeireira da América Latina no início do século XX, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. A Lumber, como era chamada, foi fundada nos EUA e era uma empresa madeireira e colonizadora, subsidiária da empresa construtora da mais importante ferrovia do Sul do Brasil, a São Paulo – Rio Grande. A empresa instalou serrarias a partir de 1911 em área contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e também na região dos Campos Gerais do Paraná, na divisa com o Estado de São Paulo. A serraria principal ficava na localidade de Três Barras, atual planalto norte de Santa Catarina, e dispunha de maquinário de alta tecnologia e trabalhadores especializados vindos diretamente dos EUA. Para suprir a grande capacidade produtiva dessa e das outras serrarias, a Lumber comprou uma série de fazendas cobertas de florestas de araucária, mas também habitadas por posseiros que viviam há anos na região. Juntamente com a chegada da ferrovia, essa situação favoreceu um processo de especulação de terras e disputas políticas entre coronéis e posseiros pobres pelo acesso a terra, o que favoreceu a Guerra do Contestado (1912-1916). A questão da Guerra do Contestado já foi abordada por uma série de trabalhos, mas a dimensão ambiental da atuação da Lumber não foi estudada até agora, pois além da atuação violenta contra os caboclos podemos afirmar que houve também uma atuação violenta da empresa contra as florestas de araucária da região.

Palavras-chave: Lumber, desmatamento, araucária, história ambiental.

A Southern Brazil Lumber and Colonization Company, também chamada de Lumber, é bastante conhecida na historiografia regional catarinense e paranaense. O motivo é a grande popularidade que o tema da Guerra do Contestado (1912-1916) tem despertado no interesse do público, tanto acadêmico como em memorialistas e leitores curiosos por histórias locais. As últimas duas décadas presenciaram uma grande quantidade de livros escritos sobre a Guerra do Contestado, no entanto, nenhum trabalho de fôlego até agora se deteu especificamente na história da empresa e no seu envolvimento com a devastação da floresta de araucária na primeira metade do século XX.

A história da Lumber no planalto sul-brasileiro está estreitamente ligada a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, que ligaria Itararé (SP), passando pelo interior dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul até a cidade de Santa Maria (RS). Essa ferrovia significou a possibilidade de vastas regiões do interior dos Estados do sul, bem como Porto Alegre e Montevideú terem uma conexão ferroviária com São Paulo e Rio de Janeiro. A ferrovia cortou extensas áreas coloniais do sul do Paraná e fomentou a colonização de vastas regiões "escassamente povoadas" do oeste de Santa Catarina, onde há poucos anos – até 1895 - essas terras estavam em disputa com a Argentina, na chamada questão de Palmas ou Misiones. (NODARI, 1999)

Em 1889, o engenheiro João Teixeira Soares adquire a concessão para a construção da estrada, mediante garantia de juros e terras devolutas em até 30 km nas terras marginais às linhas. Após uma série de transferências na concessão da ferrovia, e de decretos estipulando os ramais que deveriam ser construídos, em 1906 é fundada em Portland, no Estado de Oregon (EUA), a Brazil Railway Company, do Grand Trust Farquhar, liderado pelo empresário norte-americano Percival Farquhar, que passa a ser encarregada da construção da mesma. Nessa época, uma série de decretos já haviam reduzido a cessão gratuita das terras laterais à ferrovia "para o equivalente ao produto da multiplicação da extensão da linha por 18 km, nove para cada lado, até o limite máximo de 15 km em cada direção." (THOMÉ, 1995, p.53)

O Trust Farquhar possuía grandes quantidades de capitais em vários países do mundo, incluindo na América Latina. No Brasil, o grupo atuava em várias regiões do país, e em diversos ramos de atividade, com o estabelecimento de empresas de fornecimento e distribuição de energia, de navegação, de construção de portos, colonização, frigoríficos, inúmeras ferrovias e outras. (GAULD, 2006; THOMÉ, 1983, p.71-77) Nilson Thomé afirma que somente em terras o Trust Farquhar chegou a adquirir 250.000 km² no Brasil. (THOMÉ, 1983, p.75)

Na época em que a Brazil Railway passou ao comando da construção da ferrovia, estavam sendo iniciados a construção do trecho União da Vitória ao Rio Uruguai, e também quase todo o ramal de União da Vitória a São Francisco do Sul estava por fazer. (THOMÉ, 1983, p.83,110,111) Essas regiões, hoje contidas no Estado de Santa Catarina, estavam em disputa com o governo do

Paraná, e possuíam amplas extensões de florestas de araucária praticamente inexploradas e “escassas povoações.”¹

Antes da Brazil Railway, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande já havia recebido em 1903 a autorização do governo federal para a exploração madeireira das florestas nas áreas marginais à ferrovia. Mas a iniciativa concreta parte do Sindicato Farquhar, que em 1909 organiza em Miami (EUA),

a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, para desenvolver os serviços de colonização das terras ao longo da estrada de ferro, e para explorar os grandes pinhais existentes na região dos vales dos rios Negro, Iguaçu, Timbó, do Peixe, e Canoinhas, dentre os principais que atravessavam a zona contestada por Santa Catarina e pelo Paraná. (THOMÉ, 1983, p.123)

Além de explorar a madeira da araucária (*Araucaria angustifolia*), a Lumber também explorava comercialmente a imbuia, o cedro e a canela, se bem que numa escala muito menor do que o pinheiro. Durante a década de 1910 a Lumber comprou uma série de glebas no planalto Contestado, cujas terras tinham sido todas legitimadas junto ao governo do Paraná, até mesmo devido a maior proximidade e facilidade de comunicação com Curitiba do que em relação a distante Florianópolis.

Até 1913, de acordo com Nilson Thomé, a recém criada empresa já havia adquirido cerca de 3.248 km² (ou 324.800 hectares) de terras nas regiões marginais a ferrovia a preços bem compensadores em vista do futuro empreendimento. Desse total, 1.800 km² (180.000 hectares) se localizavam na região do atual município de Três Barras (SC), onde instalou "o maior complexo industrial de exploração madeireira da América do Sul, nunca igualado em toda a história, com equipamento trazido diretamente da Europa e dos Estados Unidos, e importando a tecnologia canadense." (THOMÉ, 1983, p.125) De acordo com o historiador estadunidense Charles Gauld, se tratava da maior serraria da América Latina, grandeza que também era ressaltada em artigos da imprensa local da época. (GAULD, 2006, p.279) Cerca de 517 km² (51.700 hectares) foram adquiridos na região da estação ferroviária de Calmon, em terras que após o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina passaram a pertencer ao município de Porto União (SC). Ali a Lumber construiu outra serraria, destinada a serrar madeira para exportação e também para fornecer dormentes e madeira serrada para as instalações da ferrovia em construção. De acordo com Charles Gauld essa serraria tinha uma capacidade de produção cerca de dez vezes menor que a serraria de Três Barras. A serraria junto a estação de Calmon é freqüentemente lembrada nos livros de história por ter sido incendiada pelos rebeldes em 1914, demonstrando o envolvimento da Lumber na Guerra do Contestado. Um ano depois, a serraria foi reconstruída. (THOMÉ, 1983, p.137; GAULD, 2006, p.280)

¹ As disputas por território entre o Paraná e Santa Catarina vinham de longa data. Até o acordo de limites em 1916, que estabeleceu as fronteiras atuais entre os dois Estados, todo o Oeste e Meio-Oeste atuais de Santa Catarina e grande parte do Planalto Norte eram motivos de disputas políticas entre paranaenses e catarinenses.

O restante das terras (931 km²) adquiridas na região do atual planalto catarinense se dividia em diversas glebas que após o acordo de limites pertenciam aos municípios de Canoinhas, Mafra e Porto União.

Além dessas áreas, a Lumber ainda adquiriu dois terrenos na região de Jaguariaíva (PR), próximos a divisa com o Estado de São Paulo e da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, onde montou duas serrarias (Engenho de Cachoeirinha e Engenho de Sengés) destinadas a explorar a floresta de araucária e mais tarde ser loteadas para venda, e também uma propriedade menor (898 ha) em Guarapuava (PR). Os dois terrenos da região de Jaguariaíva somavam 104.632 ha, ou 1.046 km², cuja existência sequer é mencionado pela historiografia do Contestado. (BISHOP, 1919, p.8, 27)

A paisagem do planalto Contestado antes da chegada da Lumber

A floresta

A floresta de araucária, ou Floresta Ombrófila Mista, ocupava até o final do século XIX cerca de 200 mil km², distribuídos pelos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e algumas áreas menores no Sul de São Paulo e na Serra da Mantiqueira, além da província de Misiones, na Argentina (divisa com Santa Catarina) e alguns outros pontos isolados de Minas Gerais. Essas áreas se localizam em altitudes entre 500 e 1200m nos planaltos do Sul e em altitudes ainda mais elevadas na Serra da Mantiqueira.

A presença da Araucária ou Pinheiro (*Araucaria angustifolia*), com seu tronco reto e sua copa característica, sobressaindo acima da altura média da floresta, imprime uma fisionomia inconfundível a esse tipo florestal. Além dessa, espécies como a Imbuia (*Ocotea porosa*), a Canela lageana (*Ocotea pulchella*), a Erva mate (*Ilex paraguariensis*), o Butiá (*Butia eriospatha*), a Bracatinga (*Mimosa scabrella*), o Xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e tantas outras contribuem para a caracterização desse ecossistema. Na verdade, a grande complexidade da formação florestal, com variadas composições vegetais conforme a região, e os muitos pontos de contato entre ela e as florestas “vizinhas”, ou os ecossistemas em seu entorno, tornam a caracterização da floresta de araucária algo bastante complicado. Dessa forma, “a delimitação deste bioma é definida exclusivamente pela presença do pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*)(Bertol) Kuntze.” (CASTELLA, BRITZ, 2004, p.7)

A *Araucaria angustifolia* é classificada na família das Araucariáceas, representadas no mundo todo, por 2 gêneros (*Araucaria*, *Agathis*), com um total de 32 espécies. Na América do Sul, ocorrem somente duas espécies, a *Araucaria angustifolia* e a *Araucaria araucana*, característica

da região de Valdivia, no Chile. O próprio nome araucária provém, segundo Klein e Reitz, da região de Arauco, no Chile, *habitat* da *Araucaria araucana*.

A *Araucaria angustifolia* se destaca na floresta de araucária por ser a árvore mais alta do ecossistema, geralmente com troncos retos medindo de 20 a 50 metros de altura. O diâmetro das árvores adultas e velhas mede normalmente de 1 a 2 metros, mas há registros de árvores maiores. A espécie é geralmente dióica, ou seja, as flores masculinas e femininas não se localizam na mesma árvore. “Durante os primeiros 20 a 40 anos e principalmente nas árvores novas, a copa dos pinheiros possui forma cônica, que se distingue das formas das árvores adultas e velhas, que transgridem paulatinamente para copas em forma de umbela.” (REITZ, KLEIN, 1966, p.27) Embora desde cedo (entre os 10 a 20 anos de idade) já produza as pinhas e as sementes (pinhões), a idade média de um pinheiro adulto, de acordo com Klein e Reitz, é de 140 a 200 anos, “passando dificilmente da idade dos 300 anos os pinheiros mais velhos, cujas alturas estão acima dos 40 metros e cujos diâmetros passam dos 150 cm.” (REITZ, KLEIN, 1966, p.28; SANQUETA, TETTO, 1999, p.81)

A época do amadurecimento dos pinhões, mais comumente em abril e maio, é de grande importância para a alimentação de diversas espécies de aves e mamíferos, bem como para a própria araucária, que se beneficia da dispersão das sementes levadas pelos animais.

Interferências humanas antes da ferrovia

A região do planalto Contestado, atual planalto norte catarinense, passou por transformações profundas e aceleradas após a chegada da ferrovia e da Lumber, com a valorização das terras, intensificação da colonização, difusão de toda uma série de hábitos e costumes estranhos ao sertanejo que ali vivia e a devastação da floresta de araucária. A rebelião cabocla do Contestado (1912-1916) foi uma expressão da tensão social e das súbitas transformações por que passou aquela sociedade e aquela paisagem.

Com a ferrovia e a conseqüente valorização das terras, a especulação de terras na região ganhou ímpeto, gerando uma série de conflitos e problemas de legitimação, que por sua vez ficaram mais complicados pelo fato de ser um território em disputa entre as autoridades políticas paranaenses e catarinenses.

A história de ocupação humana na região é na verdade bem mais antiga, como devem ter percebido logo os norte-americanos que vieram trabalhar na empresa e se estabelecer ali. Após séculos de presença de povos indígenas na região, tropeiros começaram a se estabelecer a partir do início do século XIX, principalmente mais próximos a Rio Negro e nos campos de São João (atual Matos Costa), onde era mais propícia a criação de gado. Desde o século XVIII, a rota dos tropeiros que partia do Rio Grande do Sul passava pela região de Rio Negro, a cerca de 50 km da

futura cidade de Três Barras, para atingir a feira de Sorocaba, com o intuito de comercializar animais. (MACHADO, 2004, p.60-64)

Muitos dos tropeiros, fazendeiros e peões que passavam pela região acabaram fazendo posse sem se importar com os títulos legais de domínio e medições ou mesmo legitimando juntamente ao governo do Paraná, pois após a República as terras devolutas passaram a ser responsabilidade dos governos estaduais. Com a lei de terras de 1850, o antigo sistema colonial de concessão de sesmarias havia sido extinto, e agora as terras deveriam ser compradas, refletindo os novos tempos capitalistas em que a terra passou a ser considerada uma mercadoria. Não acompanhamos esse processo de (re)ocupação da terra a partir do século XIX em detalhes. No entanto, através dos processos de terras que analisamos referentes ao início do século XX, pudemos acompanhar um pouco desse processo de ocupação e legalização da terra, bem como resquícios das práticas agrícolas, pecuárias e extrativas, que nos possibilitam entender a dinâmica de transformação/destruição das florestas. A comparação desse período anterior a ferrovia e a Lumber com o período posterior serve aqui para termos mais clareza das transformações por que passaram a região no início do século XX.

A análise dos processos de terra sugere uma ocupação bastante expressiva das terras do planalto, principalmente as próximas as margens dos rios Negro e Iguaçu, onde o transporte fluvial em barcos a vapor vinha facilitando desde a década de 1880, o escoamento da produção de erva-mate e agrícola em geral. (CARVALHO, 2006, p.117) A descrição das atividades agropecuárias e extrativas indica que algum nível de desmatamento já havia ocorrido para formar “campos de criar” e “roças” de subsistência, principalmente nas áreas próximas aos rios Negro e Iguaçu, onde as terras eram mais planas e portanto, mais propícias ao aproveitamento agropecuário.

No entanto, não devemos exagerar o impacto de tais atividades. Um indício de que tal processo de (re)ocupação causou uma alteração ambiental pequena na região é o fato da exploração da erva-mate ser considerada como a principal atividade econômica da região, o que revela que a pecuária não era uma atividade tão disseminada assim. Além do mais, a extração de erva-mate é uma atividade de baixo impacto ambiental, pois o que se praticava era uma espécie de manejo (poda) dos ervais nativos, sem uma plantação sistemática e desmatamentos, uma vez que a própria *Ilex paraguariensis* se adapta muito bem aos ambientes sombreados.

É importante também registrar aqui que, dos processos de terra analisados, não foi encontrado nenhum indício de atividade madeireira na região anterior a chegada da Lumber, pois a ausência da ferrovia dificultava bastante o escoamento da produção. Um artigo de 1916 do jornal O Imparcial, de Canoinhas, revela um pouco desse quadro de uma quase nula exploração madeireira na região e a importância da erva-mate.

O nosso município, pelas suas opulentas riquezas naturaes assás fáceis de serem exploradas, está fadado a occupar um logar de destaque na communhão catharinense. A

herva-matte, ora cotada a ínfimos preços, é o seu único ramo de negócio, hoje. É o seu dinheiro, podemos dizer. É a roupa e o pão do povo. E, tão extensos e abundantes são os nossos hervaes, que, nem por isso, serão aproveitados, na presente safra, siquer pela terça parte. – Extensos, abundantes e de optima qualidade, basta esse inestimável thesouro, de futuro inegavelmente promissor, como seguro penhor d'aquella nossa asserção. Mas não se pense que a riqueza florestal d'este município paira nos seus hervaes, apenas; ahi estão, para attestar ao contrario, gigantescas imbuias e soberbos pinheiraes, que, em breve, hão de constituir um grande e lucrativo ramo da sua industria extractiva. [...] (IMPARCIAL, 1916, p.1)

Portanto, embora existissem alguns posseiros extraíndo já uma quantia significativa de erva-mate e criando uma quantidade de bois e porcos que poderíamos considerar como pequena, as florestas de araucária estavam ainda em excelentes condições, se formos julgar as florestas primárias como o estado desejável de conservação de uma floresta. Animais hoje extintos da região, como a anta (*Tapirus terrestris*) viviam em abundância na região, demonstrando também a grande quantidade e diversidade de animais selvagens que ali viviam.

A caça era considerada uma atividade de “lazer”, não só entre os sertanejos pobres como entre os coronéis, os grandes proprietários de terra da região. Além disso, a carne de animais selvagens era aproveitada na alimentação, sendo comuns os “charques de anta”. As peles de anta (os chamados couros de anta) também eram aproveitados para fins como os couros de boi, e portanto, tinham valor no comércio. E não só a pele da anta, mas de outros animais como jaguatiricas, caetetus, queixadas, veados e capivaras eram bastante valorizados no comércio e inclusive eram exportados para países como EUA, Inglaterra e Suécia. (CARVALHO, 2006, p.172,173; TOMPOROSKI, 2006, p.75)

Em poucas décadas, com a devastação das florestas, essa grande diversidade e quantidade de fauna silvestre seria diminuída drasticamente, e em seu lugar a presença humana seria ampliada, bem como dos animais domésticos.

Essa grande quantidade de vida animal e vegetal, aos olhos das autoridades governamentais e dos empreendedores locais e estrangeiros como Farquhar, precisava ser desbravada, ou seja, estava aberta ao desmatamento das florestas e ao extermínio da fauna. Assim como na legislação, esperava-se que a presença humana se ampliasse e as atividades econômicas se expandissem, pois o sertão não tinha utilidade, valor ou sentido algum por si mesmo. Tal postura favorável ao desbravamento dos sertões ganhava ainda mais respaldo no fato de que a região havia sido palco de uma série de roubos e conflitos violentos como resultado da instabilidade social da guerra do Contestado, sendo que a própria vila de Canoinhas chegou a ser cercada pelos rebeldes. O alegado “fanatismo” dos sertanejos era associado a rusticidade e a “precariedade” do sertão. A solução, como sempre, era o “desenvolvimento” e o “progresso”, através da colonização dos sertões com pessoas de origem européia.

As serrarias da Lumber

Num contexto de baixa produção madeireira no início do século XX, a instalação da Lumber no planalto Contestado começa no ano de 1910. Nesse ano foi inaugurada a primeira serraria da Lumber na estação de Calmon, 47 km em linha reta ao sul do rio Iguaçu. (GAULD, 2006, p.280) Nessa época, as obras para a construção do ramal de São Francisco ainda estavam em seu início, por isso os grandes e pesados maquinismos da serraria principal (a de Três Barras), trazidos dos EUA e da Europa foram transportados de trem até Porto Amazonas, no início do trecho navegável do rio Iguaçu, e dali, com o auxílio de chatas até a foz do rio Negro e por fim rebocados por vapores até Três Barras. (COMÉRCIO, 1936, p.1) Essa serraria, a maior da América do Sul, como se afirmou, começou a funcionar em novembro de 1911, portanto apenas um ano após a conclusão da linha tronco São Paulo – Rio Grande e seis anos antes da conclusão do ramal de São Francisco.

Três Barras nessa época era administrativamente apenas um quarteirão ligado ao município de Rio Negro(PR). A empresa se beneficiou da proximidade da colônia Antônio Olinto, na margem do rio Negro, de onde pode recrutar mão-de-obra para o funcionamento do engenho.(TOMPOROSKI, 2006, p.21)

A grande serraria da Lumber em Três Barras desde o início se destacava na atividade madeireira realizada até então nas matas de araucária pelos sofisticados processos técnicos que empregava. De acordo com Charles Gauld, essa serraria tinha capacidade de produção de 470 m³ de madeira serrada por dia, e chegou a ter cerca de 2.000 operários, sendo uma média de 400 a 500 trabalhadores somente no engenho e o restante trabalhando por empreitada nos serviços de corte e transporte de toras e construção de ferrovias particulares.² (GAULD, 2006, p.280; THOMÉ, 1983, p.125; SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY, 1920-23, p.; COMÉRCIO, 1936, p.1) Numa época em que inexistiam caminhões para o transporte das toras até as serrarias, a Lumber investiu na construção de vários quilômetros de ferrovias particulares dentro de suas propriedades, e contava com grandes guinchos movidos a vapor para puxar as toras distantes até 300 metros da ferrovia. (THOMÉ, 1983, p.125,126) Toda essa tecnologia foi exibida em um filme-documentário de cerca de 45 minutos, produzido em 1911 por uma empresa de propaganda argentina e encomendado pela Lumber para divulgar a empresa no Brasil e no exterior. (TOMPOROSKI, 2006, p.40) Para operar e dirigir tal complexa estrutura e alta tecnologia para a época, que incluía uma fábrica de caixas de madeira, a Lumber ofereceu altos salários a trabalhadores especializados vindos diretamente dos EUA.

² Nilson Thomé (1983) afirmou que a serraria tinha capacidade de produção de 300 m³ de madeira serrada por dia, e empregava cerca de 800 trabalhadores, na maioria imigrantes ou seus descendentes.

Em razão do alto custo de manutenção e transporte do maquinário para a construção do engenho, como já mencionado, do transporte de toras por grandes distâncias para suprir a grande capacidade produtiva da serraria, a construção de ferrovias particulares e o alto custo da mão-de-obra norte-americana, era percebido pelos diretores o elevado custo de produção do empreendimento. Em várias ocasiões foi sugerida a divisão do engenho de Três Barras em engenhos menores, que são mais fáceis de ser desmontados e reinstalados em outros locais após o esgotamento da madeira. No relatório da empresa de abril de 1917, um alto funcionário da companhia, W. T. Nolting, apresentou diversos dados para mostrar como a serraria de Cachoeirinha, em Jaguariaíva (PR), bem menor do que a de Três Barras, era muito mais lucrativa do que esta, pois envolvia um custo de produção muito menor. (NOLTING, 1917, p.4)

A serraria de Cachoeirinha começou a funcionar em 1916 e era localizada no km 34 da linha Paranapanema, em Jaguariaíva (PR). No primeiro ano de funcionamento a serraria estava serrando uma média de 70 m³ por dia e toda a produção era destinada a São Paulo e Rio de Janeiro. A serraria estava localizada em uma propriedade que era atravessada numa extensão de 15 km pela linha férrea Paranapanema, o que facilitava consideravelmente o transporte de toras até o engenho. Devido a ausência de maquinismos complexos para o arraste das toras como em Três Barras, operava com um custo de produção bem mais baixo. Em abril de 1917, portanto apenas 13 meses após o início das atividades, a serraria já tinha lucrado de acordo com o gerente Shermann Bishop, 300% em relação ao investimento total.³ (BISHOP, 1917a, p.9,10)

Enquanto que eu devo admitir que Cachoeirinha tem concorrido com toda sua parte para augmentar os nosso lucros geraes e deve receber credito para a maioria da porcentagem, este não era o meu intento quando fazia o meu Relatório para o mez de Abril. O que eu desejava demonstrar era o que uma serraria daquelle typo poderia fazer em circunstancias ordinárias quando não está sobrecarregada com pezadas despezas de administração e geraes. Infelizmente para Cachoeirinha, enquanto ella precisa suportar a sua proporção de nossas despezas geraes, nossa intervenção não é necessária para o seu sucesso. [...] A serraria de Cachoeirinha foi construída para o fim de reforçar a posição da de Três Barras, e devo dizer que ella tem feito tudo o que podia esperar della. (BISHOP, 1917b, p.4)

Nesse trecho citado Bishop apontou que a serraria de Cachoeirinha, embora construída como um apêndice da grande serraria de Três Barras, acabou se mostrando mais lucrativa do que esta, e a sua lucratividade poderia ainda ser maior se as despesas gerais da companhia não fossem tão altas. Além dos elogios a eficiência e lucratividade da serraria de Cachoeirinha, superiores a de Três Barras, Bishop também elogia as condições da propriedade da qual fazia parte o engenho. “O terreno em Cachoeirinha é de muito boa qualidade e poderá ser vendido por um preço maior do que pagamos mesmo depois de ter removido a madeira.” (BISHOP, 1917a, p.10)

Tal afirmação de Bishop revela, além da qualidade do terreno, o baixo valor que a madeira não beneficiada tinha naquele contexto, pois algumas décadas mais tarde as florestas passaram a ter

³ Sobre a produção diária de 70 m³ foi calculado com base na informação do relatório da Lumber de abril de 1917 que aponta para uma produção diária de 30 mil pés. Nesse relatório, na p. 4, há um conversão de medida em que se afirma que 1.000 pés é igual a 2,33 m³.

um valor monetário significativo, o que pode ser comprovado pelo grande número de negócios envolvendo apenas as árvores das propriedades. (CARVALHO, 2006, p.154)

A poucos quilômetros dali, próximo as margens do rio Itararé e da divisa com o Estado de São Paulo, a Lumber tinha adquirido a propriedade de Morungava, no município de Sengés. Ali a Lumber construiu uma serraria localizada próxima a serra do Paranapiacaba, e como a serraria de Cachoeirinha, estava localizada em uma região dominada pela floresta de araucária. Temos poucas informações sobre essa serraria, mas o fato é que o relatório da Lumber de dezembro de 1919 já menciona a existência do engenho de Sengés.⁴ (BISHOP, 1919, p.39; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1957, p.486)

Quanto aos altos custos de produção do engenho de Três Barras, Bishop sugeriu como poderia ser feita a subdivisão desse engenho, como demonstrou no relatório de abril de 1917. Além disso, nesse relatório dá para se ter uma idéia dos ousados projetos da companhia na região do vale do Iguazu, onde o ramal ferroviário de São Francisco só seria inaugurado em setembro daquele ano:

Propriedade Vallões

Com referência a propriedade de Vallões que consiste de títulos para os terrenos de Moças, Cruzes, Rio Preto, Vallões e Escada, e que contém, segundo os títulos um total 21.600 alqueires, estes terrenos custaram 700.133,59 francos e como a Linha de São Francisco da Estrada de Ferro passa por dentro dessa propriedade numa extensão de mais de cinquenta kilometros, as facilidades para operações são excellentes, visto que a Estrada de Ferro acompanha o rio Iguassú e as mattas estão situadas sobre o mesmo num planalto gradual, facilitando a puxada de toras. Esta propriedade contém no mínimo um bilhão de pés de madeira em toras para serra com uma boa porcentagem de imbuia que é de grande valor. O valor do "stumpage" em taes condições desta qualidade seria muito barata á Rs.1\$500 por mil pés o que importaria em 1:500\$000 mais ou menos. O solo é muito fértil e nas proximidades do rio Iguassú não há lugar melhor para a locação de uma prospera colônia. Nessa propriedade seria fácil a venda de lotes á 50\$000 por alqueire. Por ahi realizareis que esta propriedade é de grande valor e deverá ser retida á todo custo. Visto que é uma das propriedades das quaes esta Companhia depende em tirar maiores proveitos pecuniários. Recomendamos e temos as melhores intenções de, se formos autorizados, dividir o grande engenho de Três Barras e estabelecer duas serrarias nesta propriedade depois que o engenho de Três Barras cortar toda a madeira em Três Barras e vizinhanças. A propriedade de Vallões dista mais ou menos 100 kilometros do engenho de Três Barras, cuja distancia é muito grande para se pagar frete sobre as toras. Porém estes 100 kilometros adicionados ao nosso já longo percurso não importará em muito mais. Devido á excellência do pinho e imbuia nesta propriedade e a grande quantidade dos mesmos, derivaremos um lucro extraordinariamente grande de operações alli. Estas mattas são as únicas que receberão a vantagem da abertura da nova linha entre Canoinhas e Porto da União. Enquanto as outras serrarias pequenas tem suas mattas diminuídas e o percurso de transporte mais longo cada anno para a conducção de suas toras por meio de cavallos e gado, e seu custo de producção augmenta cada anno, ao passo que o nosso custo por muitos annos depois de nos estabelecermos nessa propriedade será o mínimo e poderemos syndicar o mercado de madeira no Brasil. (BISHOP, 1917a, p.1, 2)

A intenção do diretor de dividir a serraria de Três Barras e construir uma em Vallões não foi concretizada, mas a Lumber adotou um sistema de empreitada em que as pequenas serrarias que surgiram na década de 1920 naquela região passaram a vender madeira beneficiada para a

⁴ No mapa do município de Sengés (PR), da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada em 1957 ainda aparece uma "serraria Lumber" próxima ao rio Itararé e serra do Paranapiacaba. Não temos informações sobre quanto tempo durou essa serraria.

companhia a partir da madeira retirada de suas propriedades. (WEINMEISTER, 1931, p.4) Também encontramos indícios de que a Lumber tinha a intenção de construir uma serraria na localidade de Jararaca, antiga Felipe Schmidt, entre Canoinhas e Porto União, pois no relatório de dezembro de 1919 aparecem nas contas de capital “despesas preliminares de exploração da nova serraria em Jararaca.” (BISHOP, 1919, p.8) No entanto, não encontramos ainda mais indícios de que tal serraria tenha sido realmente construída. Também chama a atenção a intenção do diretor em tornar a Lumber apta a controlar o mercado de madeira no Brasil, questão discutida mais a frente.

No relatório de abril de 1917 consta que a produção total (em toras) da serraria de Três Barras nos cinco primeiros anos de funcionamento foi de pouco mais de 107 milhões de pés cúbicos (ou 249.000 m³), o que significou a devastação de 2.484 alqueires (6.011 ha), rendendo uma média de 41,4 m³ por ha. (BISHOP, 1917a, p.4) A maior parte da madeira explorada era de araucária, que além de ser a árvore mais abundante na mata era também a mais valorizada no mercado. Mas também era aproveitada em escala bem menor a imbuia, a canela e o cedro, as chamadas madeiras de lei. A araucária era classificada em diferentes tipos de madeira, de acordo com a sua qualidade. Em valores monetários, o lucro líquido das vendas de madeira do ano de 1919 alcançou 1.995 contos de réis, enquanto o lucro líquido das vendas de caixas atingiu os 371 contos. (BISHOP, 1919, p.10)

A respeito do destino da madeira serrada pelas serrarias da Lumber reproduzimos os dados a seguir do relatório de abril de 1917 como amostra dos primeiros anos da empresa no planalto sul-brasileiro:

Totais até 30 de abril

	1916		1917	
	Produzido	Vendido	Produzido	Vendido
	Pés		Pés	
São Paulo		3.667.315		4.478.325
Rio de Janeiro		1.813.215		731.271
Paranaguá		91.437		28.129
Três Barras		93.155		217.240
Buenos Aires		5.066.812		4.215.854
Montevideú		481.779		138.094
Curitiba		42.014		128.212
	9.492.366	11.255.727	10.749.961	9.937.128

Fonte: BISHOP, 1917a, p.2.

Note-se que o total vendido para Buenos Aires correspondia a mais de 40% de todas as vendas da companhia. Como já demonstramos, toda a madeira beneficiada em Cachoeirinha era enviada para São Paulo e Rio de Janeiro, e provavelmente a da serraria de Sengés (Morungava) também, pois a maior proximidade dessa região com São Paulo reduzia consideravelmente os custos com fretes. Assim, todas essas vendas para Buenos Aires eram de certo feitas com madeira beneficiada em Três Barras e Calmon.⁵ (BISHOP, 1919, p.2) No entanto, a serraria de Calmon, antes da inauguração do ramal de São Francisco, tinha a desvantagem de se encontrar a uma grande distância tanto de São Paulo como dos portos de Paranaguá e São Francisco, o que deveria acarretar em custos elevados de fretes.

Das vendas efetuadas para São Paulo e Rio de Janeiro, os relatórios mostram que a companhia tinha vários clientes compradores de madeira em diversas cidades do interior de São Paulo e Minas Gerais principalmente. (BISHOP, 1917a, p.25-27; BISHOP, 1917b, p.23-25)

Entre novembro de 1911 (inauguração da serraria de Três Barras) e abril de 1913, quando o ramal de São Francisco chegou a Marcílio Dias, próximo a Canoinhas e Três Barras, não temos informações de como foi feito o transporte de madeira da serraria de Três Barras, se é que foi feito, já que esse período inicial pode ter sido dedicado inteiramente a produção e estocagem de madeira. E justamente em 1913, a exportação de pinho do Brasil, ainda pequena até aquele momento, apresenta um grande salto em relação aos dois anos anteriores, conforme os dados que apresentamos na tabela de exportação de madeira. (página 17). (THOMÉ, 1983, p.115)

Para a venda de madeira em Buenos Aires e Montevideu a Lumber utilizava inicialmente o porto de Paranaguá, mas em junho de 1917 as operações foram totalmente transferidas para o porto de São Francisco, a cerca de 220 km de Três Barras por via férrea e mais próximo do que Paranaguá. A Lumber mantinha E. C. Dearing em Buenos Aires como superintendente de vendas e negociações com a empresa compradora da produção, a Devoto Carbone & Co. Ao que parece, pelos relatórios analisados, essa empresa comprava a quase totalidade da produção da empresa encaminhada para a Argentina e o Uruguai e revendia a outros compradores. (BISHOP, 1917a, p.27; BISHOP, 1917c, p.4; THOMÉ, 1983, p.115)

Além da ferrovia e do transporte marítimo a Lumber também comprou dois vapores (o Três Barras e o Porto Velho) para auxiliar no transporte de madeira e erva-mate, que a partir de 1920 também se tornou uma das fontes de receita da empresa, inclusive com a exportação para o Rio da Prata. Os vapores navegavam pelos rios Negro e Iguaçu. (BISHOP, 1919, p.3)

Todo esse complexo sistema de transporte de madeira da Lumber, que envolvia altos custos de manutenção e fretes, apresentava de acordo com o diretor, freqüentes problemas. O transporte marítimo passou por crises de falta de embarcações e greves de estivadores em Buenos Aires, os vapores apresentavam freqüentes problemas técnicos e de necessidade de reparos e o sistema

⁵ A serraria de Três Barras também embarcava madeira para São Paulo através da ferrovia.

ferroviário apresentava falta de vagões, o que chegava a limitar o ritmo da produção. (BISHOP, 1917a, p.8) Além disso, a linha de São Francisco sofreu várias sabotagens nos anos de 1913 a 1915 pelos rebeldes do Contestado, que causaram um atraso na construção do trecho entre Canoinhas e Porto União, o que certamente deve ter prejudicado os negócios da companhia. (BISHOP, 1917c, p.2; THOMÉ, 1983, p.115)

Para tentar driblar o problema do transporte marítimo a Lumber passou, após a conclusão do ramal de São Francisco em setembro de 1917, a transportar toda madeira para Montevideu e Buenos Aires inteiramente pela ferrovia. Não temos dados para afirmar quanto tempo durou tal forma de transporte. (BISHOP, 1917c, p.2)

Sobre a questão da falta de vagões não só a Lumber, mas vários outros madeireiros se queixavam desse problema para as suas indústrias e que significou grande deterioração da qualidade de madeira e desperdício da mesma por excesso de produção. Eram constantes inclusive queixas de madeireiros de que a empresa administradora da ferrovia (a Brazil Railway Company) favorecia o transporte da produção da Lumber em detrimento de outros madeireiros. O Centro dos Industriais de Madeira do Paraná, um órgão representante da classe madeira naquele Estado, sintetizou o problema da falta de vagões e a acusação de favorecimento a Lumber: “Grandes eram os entraves creados ao transporte ferroviário ao reassumir a direcção do Centro, em janeiro. Só se ouvia fallar no transporte das madeiras da Lumber Co. e os nossos industriaes com os seus enormes stocks apodrecendo.” (MARQUES, 1919, p.11)

Por outro lado, o diretor da Lumber também reclamava da falta de vagões no relatório da companhia:

Nós desejamos mencionar novamente a seriedade da situação dos vagões e pedir para que você faça todo o possível para manter-nos supridos com o necessário número de vagões para transportar nossa produção. Nós estamos recusando pedidos diariamente simplesmente por que nós não podemos assegurar vagões para o transporte. Com os preços que nós estamos agora recebendo por nossos produtos, nós estamos em uma posição de satisfazer alguns dos benefícios dos nossos trabalhadores mas a menos que nós possamos assegurar facilidades de transporte nosso progresso nos preços fará muito pouco. (tradução) (BISHOP, 1917d, p. 8)

Apesar das dificuldades de transporte e dos altos custos de produção, a Lumber explorou as florestas de araucária de suas propriedades num ritmo intenso durante os anos em que operou no planalto norte catarinense e nos campos gerais do Paraná. Além das serrarias mencionadas, a Lumber também passou a fazer contratos com pequenas serrarias em Valões, que cortavam as árvores da propriedade da companhia e vendiam toda a madeira beneficiada para a mesma. (WEINMEISTER, 1931, p.4)

Além da atividade madeireira, outra fonte de lucro da empresa, como está evidente no seu próprio nome, era a colonização, ou loteamento das áreas já desmatadas, que completava o processo de devastação iniciado pelas atividades madeireiras, não permitindo em sua maioria a regeneração natural das capoeiras resultantes. Se as madeiras mais valiosas não haviam sido ainda totalmente

removidas, a empresa deixava estabelecido no contrato de venda do lote, a exemplo de outras empresas colonizadoras, a garantia dos direitos de exploração econômica sobre tais madeiras. (SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY, 1933, p.35, 36)

Para manter a disciplina em toda a estrutura montada pela empresa e garantir a posse da terra através da expulsão dos posseiros, a empresa dispunha de um corpo de segurança de mais de 300 guardas. (MACHADO, 2004, p.152)

Além disso, a Lumber se aliou aos coronéis locais e lideranças políticas importantes do Paraná e Santa Catarina no intuito de administrar os negócios sem maiores problemas:

A Brazil Railway e sua subsidiária Lumber desenvolveram um cuidadoso processo de cooptação das lideranças políticas dos respectivos estados para evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas. O vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, foi advogado da Lumber enquanto exercia este cargo público. [...] O jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era, em 1916, representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina. (MACHADO, 2004, p.149)

Em 1940, quando havia terminado o prazo dado pelo governo ainda em 1890, de 50 anos para a colonização e exploração das terras concedidas, o governo de Getúlio Vargas estatizou todos os bens da Lumber, assim como todas as outras empresas do sindicato Farquhar. O governo então, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, "continuou a administrar a Lumber por mais alguns anos, desativando-a gradativamente." (THOMÉ, 1983, p.138, 139) Todas as terras e equipamentos da empresa foram vendidas a particulares, com exceção de uma área de 2.000 hectares que abrangia a serraria de Três Barras, que passou para o controle do exército, onde foi criado o Campo de Instrução Marechal Hermes para manobras militares.(THOMÉ, 1983, p.139) Charles Gauld afirma que ainda em 1953, na "decadente serraria" trabalhavam 100 homens sob a administração do Ministério da Guerra. No entanto, "em maio de 1954, este autor foi até lá de trem e a encontrou fechada. Aparentemente, nunca mais foi reaberta." (GAULD, 2006, p.281)

A Lumber e a história do desmatamento das matas de araucária no século XX

Como afirmamos anteriormente, é na historiografia sobre a Guerra do Contestado que a Lumber é geralmente abordada nas pesquisas acadêmicas, mas as informações geralmente são escassas, revelando muito pouco ou nenhuma pesquisa de fontes primárias com relação a essa empresa. (AURAS, 1995; MACHADO, 2004; QUEIROZ, 1966; SERPA, 1999; THOMÉ, 1992)

Independentemente da historiografia sobre o Contestado, acreditamos que a Lumber merece ser estudada com outros enfoques. É evidente que não se pode separar mecanicamente a Lumber e a Guerra do Contestado, pois estão estritamente relacionados, pelas grandes alterações na paisagem, na política e na estrutura fundiária da região do planalto. Mas a empresa estrangeira

também se liga a uma dinâmica e fenômeno de longo prazo, e de importância e interesse igualmente crescente na atualidade, pouco estudado pela historiografia, que é a questão da devastação das florestas de araucária no Sul do Brasil no século XX. Nesse sentido, a empresa promoveu tanto uma atuação violenta contra a população sertaneja, gerando condições para a rebelião cabocla, quanto no ecossistema que sustentava essa população, iniciando um processo de alteração dramática da paisagem, talvez irreversível. Assim, analisar a história dessa grande empresa estrangeira na sua relação com o processo histórico do desmatamento das florestas de araucária, através da abordagem da história ambiental, se revelaria uma contribuição para a historiografia, até mesmo para os que estudam a Guerra do Contestado.

As matas de araucária foram habitadas por séculos por indígenas de diversas etnias, causando poucos "impactos nocivos" as florestas.⁶ (BALÉE, 1992, p.35-37) Em muitos locais, por alguns decênios imediatamente anteriores a chegada da colonização oficial, também abrigaram-se sob as matas de araucária populações caboclas, cultivando pequenos roçados, extraíndo erva mate e vendendo e criando pequenos rebanhos de gado.

O momento decisivo para o início da devastação das florestas de araucária no Sul do Brasil foi o final do século XIX, com a instalação das primeiras serrarias no Paraná, a construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba em 1885, e a imigração européia incipiente, promovendo a "abertura" de terras para a agricultura e pecuária. A partir daí, a construção de novas ferrovias, a crescente migração, tanto de europeus, quanto dos descendentes destes das colônias mais antigas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, promoveram um avanço crescente em direção às florestas nativas de araucária em todo o planalto sul-brasileiro. Ao mesmo tempo, proliferaram serrarias, principalmente a partir da I Guerra Mundial, passando a ser um fator de grandes oportunidades de negócio frente a crescente demanda por madeira em outras regiões do país e no exterior. Todo esse processo esgotou as florestas de araucária por volta da década de 1970, quando a indústria madeireira passou a realizar plantios de espécies exóticas de rápido crescimento para garantir a continuidade da atividade. (CARVALHO, 2006)

Nesse quadro geral da devastação da floresta de araucária, a Lumber teve um papel preponderante, pois embora com o passar dos anos fosse apenas uma entre as centenas de serrarias a explorar as matas de araucária no planalto sul-brasileiro, é importante não perder de vista o papel de liderança na produção que exerceu por muitos anos, e o exemplo de competência técnica e industrial que significava.

⁶ O impacto das populações indígenas no meio ambiente é objeto de intenso debate, e parece estar superada a idéia antiga de que tais populações vivem/viveram de forma totalmente "harmônica" com o meio ambiente, pois os indígenas tiveram um papel decisivo na dispersão e concentração das espécies vegetais e animais dos ecossistemas considerados nativos, promovendo assim alterações talvez até mais significativas do que se pensa, embora muitas vezes não causando grandes destruições, como foi o caso da colonização oficial.

Produção do Pinho

Existem funcionando n'este Estado [Paraná], 174 Serrarias com a capacidade de produção mensal de 2118 vagons equivalentes a 18 milhões de pés cúbicos ou 42.000 metros cúbicos; em Santa Catarina, 52 Serrarias com a capacidade de produção de 664 vagons mensaes equivalentes a 5 milhões de pés cúbicos ou 13 mil metros cúbicos, assim discriminados:

PARANÁ			
174 Ser. prod. pés/cub.	18.000.000		
SANTA CATHARINA			
52 Ser. prod. pés/cub.	5.000.000	Total	23.000.000 mensaes,

ou, 276 milhões annuaes incluídas as Serrarias da Brazil Lumber Co. Ld.

A produção das Serrarias desta Companhia está avaliada:

No PARANÁ em pés/cub.	800.000
S. CATHARINA em pés/cub.	2.500.000 (MARQUES, 1919, p.7)

Note-se a produção significativa das serrarias da Lumber em comparação às mais de 200 serrarias existentes no Paraná e em Santa Catarina nessa época (1919). Em Santa Catarina, a produção madeireira da Lumber representava 50% do total. A maior parte dessa produção era devida a grande serraria de Três Barras, pois de acordo com os número apresentados por Charles Gauld, é possível concluir que a serraria de Calmon tinha uma capacidade de produção cerca de dez vezes menor que a de Três Barras.⁷ (GAULD, 2006, p.280)

É preciso também levar em consideração a época da instalação e início do funcionamento da serraria de Três Barras, 1911, portanto antes da chegada da ferrovia à região e inauguração do ramal de União da Vitória a São Francisco do Sul. Nessa época, a produção de madeira de pinho era ainda muito incipiente, bem como a exportação, e o Brasil até o período da I Guerra Mundial era grande importador de madeira. (LAVALLE, 1981, p.46; THOMÉ, 1995, p.110) A atividade madeireira estava em seus primeiros passos, e muito pouco do conjunto das matas de araucária havia sido alterado.

Nesse contexto, a Lumber surge como uma grande empresa em um ramo novo da economia regional e nacional, quando as técnicas de produção e o volume de produção das serrarias eram ainda extremamente limitados, e a madeira do pinheiro brasileiro tinha conquistado poucos mercados. Assim, acreditamos que a empresa foi, se levarmos em conta o caráter mais artesanal e local dos engenhos de serra existentes até então, uma espécie de pioneira da indústria madeireira, que consolidou a trajetória e a utilização das florestas de araucária no planalto sul-brasileiro, como um ramo altamente lucrativo de negócio para o capitalista interessado em montar serraria. Essa hipótese ganha sustentação em um artigo do jornal A Semana, de Três Barras, de 15 de julho de 1920, em que o autor do texto faz grandes elogios ao diretor geral da Lumber a época, o norte-americano Sherman A. Bishop

Atravessando períodos de dificuldades comerciais, soube sempre o sr. S. A. Bishop manter, apesar das grandes despesas que pesavam sobre a sua mercancia, em pouco tempo, de modo verdadeiramente prodigioso introduziu nas praças principais do nosso pais e em

⁷ Gauld afirma que a serraria de Três Barras tinha capacidade de produção de 470 m³ por dia, enquanto a serraria de Calmon tinha capacidade de 4,7 m³ por hora. Considerando uma média de 10 horas de funcionamento da serraria por dia, chegamos a 47 m³ por dia, ou seja, 10% da produção da serraria de Três Barras.

Buenos Aires ganhando de todo em todo grande cotação o *Pinho Paraná*, marca registrada da Companhia. (SEMANA, 1920, p.1)

Um exemplo da capacidade industrial da Lumber pode ser encontrado nos dados de exportação de madeira para Buenos Aires no período anterior e posterior a instalação da Lumber no planalto Contestado. Em 1906 as vendas de madeira do estado do Paraná para Buenos Aires e Montevideú, na época ainda bastante incipiente e cuja indústria madeireira era basicamente limitada aos arredores de Curitiba, somavam cerca de 60 mil tábuas de pinho e imbuia e cerca de 8 mil unidades de outros tipos de peças de madeira (vigas, dormentes, pranchões). Essa quantidade de madeira vendida era pequena se comparada aos dados de venda da Lumber para Buenos Aires e Montevideú poucos anos depois, que alcançavam, tomando como base o ano de 1916 cerca de 15 milhões de pés. (34.950 m³).⁸ (MARTINS, 1909, p.10; NOLTING, 1917, p.2)

Essa tendência de utilização da floresta para transformação em produtos madeireiros se intensifica justamente nesse momento, como podemos acompanhar pelos dados a seguir, o que também era viabilizado pela construção da ferrovia:

Exportação de pinho (1911-1967).

COMÉRCIO INTERNACIONAL	
Exportação de Pinho do Brasil	
Anos	Toneladas
1911	4.412
1912	3.736
1913	11.932
1914	5.809
1915	30.719
1916	71.126
1917	45.713
1918	152.021
1919	71.621
1920	84.885
Década de 1910	481.974
1921	72.036
1922	100.774
1923	143.243
1924	112.907
1925	95.844
1926	79.939
1927	88.791
Década de 1920	950.296
1937	205.262
Década de 1930	1.594.194
1947	476.412
Década de 1940	3.766.140
1957	769.416
1967	1.053.900 m ³

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, 1948, p.458. INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, 1958, p.11. INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, 1968, p.23.

⁸ Para o cálculo da venda do ano de 1916 (aproximado) foi utilizado os dados de venda dos quatro primeiros meses do ano, citado na p.11 e multiplicado por três.

Embora a exportação de pinho tenha freqüentes altos e baixos, devido principalmente a fatores cambiais, de superprodução ou de concorrência com madeiras de outros países, observa-se um espantoso crescimento a partir de 1915, e que tenderá a crescer mais e se manter em patamares elevados até as décadas de 1960 e 1970. Toda essa produção representou ainda por muitas décadas na economia do Paraná e de Santa Catarina o principal produto de exportação. Em nível nacional, a araucária representou também por muitas décadas, a principal madeira exportada pelo país. (HUECK, 1972) Se a ferrovia e o aparecimento dos caminhões (principalmente a partir da década de 1930) permitiram o desenvolvimento da indústria madeireira sulina, incluindo aí a Lumber, é preciso mencionar também que a capacidade limitada da quantidade de vagões que a empresa ferroviária fornecia, assim como as péssimas estradas de rodagem, tiveram um aspecto positivo, pois colocaram um freio ao ritmo do desmatamento, que poderia ter sido ainda mais intenso. Além do mais, se o ramal de São Francisco tivesse alcançado Foz do Iguaçu, margeando o curso desse mesmo rio, como se planejava inicialmente, as florestas de araucária do sudoeste do Paraná teriam se esgotado muito mais rapidamente, e talvez não existissem os remanescentes significativos que ainda persistem naquela região.⁹ (THOMÉ, 1983, p.113, 114)

Referências bibliográficas

AURAS, M. Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

BALÉE, W. People of the Fallow: a historical ecology of foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (eds.) Conservation of Neotropical Forests. 1 ed. New York: Columbia University Press, 1992.

BISHOP, S. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917a (Abril). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

BISHOP, S. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917b (Maio). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

BISHOP, S. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917c (Agosto). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

BISHOP, S. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917d (Setembro). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁹ É provável que toda ou grande parte da área do atual Parque Nacional do Iguaçu (criado em 1939), um dos remanescentes mais significativos da floresta estacional semidecidual, teria sido devastada se a construção do ramal de São Francisco a Foz do Iguaçu tivesse sido concretizada. Aliás, a própria história da colonização no oeste paranaense e no Paraguai seriam outras, em termos ecológicos, provavelmente pior.

- BISHOP, S. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1919 (Dezembro). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- CARVALHO, M. M. X. de. O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2006.
- CASTELLA, P. R. BRITZ, R. M. de. A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais. Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- COMÉRCIO. Southern Brazil Lumber & Colonisation Co. Porto União: 29/03. 1936. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: s.n., 1957. vol. 31.
- GAULD, C. Farquhar, o último Titã: um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- HUECK, K. As florestas da América do Sul: Ecologia, composição e importância econômica. Ed. da UnB, Polígono (SP), 1972.
- IMPARCIAL. Canoinhas. Canoinhas: 13/08. n.34. 1916. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. n. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho. n.1. 1948.
- INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho. n.10. 1958.
- INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. Quadros Estatísticos. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho. n.19. 1968.
- LAVALLE, A. M. A madeira na economia paranaense. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.
- MACHADO, P. P. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- MARTINS, R. O Pinho do Paraná e as suas necessidades. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica, 1909.
- MARQUES, E. Relatório apresentado em sessão ordinária do Conselho Director em 31 de março de 1919 por Ennio Marques director em exercício. Centro dos Industriais de Madeira do Paraná. Curitiba: Livraria Mundial, 1919. Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

NODARI, E. S. A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 1999.

NOLTING, W. T. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1917 (Abril). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

QUEIROZ, M. V. de. Messianismo e conflito social: (a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REITZ, R.; KLEIN, R. M. Araucariáceas. Flora Ilustrada Catarinense. Itajaí, 1966.

SANQUETA, C. R.; TETTO, A. F. Pinheiro-do-Paraná: lendas & realidades. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1999.

SEMANA. Volta dos Estados Unidos o Director Geral da Lumber Company. Três Barras: 15/07. A.1. n.12. 1920. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SERPA, E. C. A guerra do contestado (1912-1916). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY. Balancete. Folha de Pagamento. 1920-23. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY. Memorial da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Curitiba: Papelaria Universal, 1933. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

THOMÉ, N. Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX. Caçador: Imprensa Universal, 1995.

THOMÉ, N. Sangue, suor e lágrimas no chão contestado: o homem do contestado, as causas do conflito, a guerra do contestado. Caçador: UnC, 1992.

THOMÉ, N. Trem de Ferro: história da ferrovia no contestado. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

TOMPOROSKI, A. A. O pessoal da Lumber!: um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2006.

WEINMEISTER, H. Relatório da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. 1931 (Dezembro). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.